

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
CURSO EM ESPECIALIZAÇÃO (LATU SENSU) GESTÃO ESCOLAR**

MARCIA APARECIDA DE LIMA REIS

Avaliação Institucional: Contributos à Gestão Escolar

Texto apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Especialização em Gestão Escolar.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Savana Diniz
Gomes Melo.

**BELO HORIZONTE
Julho/2009**

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ter me dado forças para que eu pudesse superar perdas e diminuir os obstáculos que encontrei durante o curso.

À minha orientadora, professora Doutora Savana Diniz Gomes Melo pelas palavras de incentivo e apoio.

Aos demais professores e coordenadores que nos possibilitaram um conhecimento tão enriquecedor para nossa prática do dia-a-dia.

Às minhas colegas de curso de Sete Lagoas, em especial à minha amiga-irmã Allessandra Elizabeth da Costa, pela amizade e paciência que me ajudaram a trilhar os primeiros caminhos da informática.

Aos colegas Gutemberg e Senhora Juliana Redoan (Ex-secretários da Educação) pela força e colaboração no início do curso.

À amiga Gisélia Maria Coelho Leite, o meu eterno agradecimento, por se fazer presente em todos os momentos de dificuldades e dúvidas.

DEDICATÓRIA

Ao meu pai (*in memoriam*) parte do meu coração que se foi... Pela confiança, amor, orgulho e apoio que a mim depositou.

A minha mãe, minha outra metade, o meu muito obrigado pelas palavras de incentivo, conforto e, sobretudo pelo seu amor incondicional.

Ao meu esposo por compreender minhas “faltas”, pelo seu companheirismo e, sobretudo pelo seu amor.

*“A Avaliação diz respeito a um
fenômeno, uma situação, um processo, um evento, uma
pessoa visando a emitir um juízo de valor”
(Libâneo, J.C.)*

SUMÁRIO

1- Introdução	7
2- O que é Avaliação Institucional?	8
3- Avaliação da educação básica: localizando o debate	9
4- Relação Intrínseca: gestão democrática, projeto-político-pedagógico e avaliação institucional	11
5- Considerações Finais	13
6- Referências Bibliográficas	14
7- Anexo: Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal “Francisca Ferreira de Avelar”	15

RESUMO

O presente texto visa estabelecer uma discussão acerca dos processos que permeiam a avaliação institucional e tudo o que a mesma implica, não só na vida dos docentes como também de toda a comunidade escolar. Refletir a respeito da avaliação institucional escolar e de todas as suas implicações é também refletir acerca da busca da qualidade dos processos educativos, uma vez que não se alcança a qualidade sem estabelecerem-se caminhos de análise contínua das escolhas cotidianas. A gestão da escola não deve ser feita de forma isolada, deve contemplar toda a comunidade escolar, para que seja realmente democrática, pois, uma avaliação institucional deve ser um instrumento que permita a busca dessa qualidade, a participação efetiva e consciente de todos.

Palavras-Chave: participação, comunidade, avaliação institucional.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta reflexões a respeito da avaliação institucional para a melhoria das escolas da educação básica, a partir de um processo de gestão democrática. Para tanto, aborda temas como a gestão da escola, o projeto-político-pedagógico enquanto estratégia para o direcionamento escolar e as políticas de avaliação institucional.

O seu objetivo é buscar identificar as possíveis contribuições que a avaliação institucional pode apresentar para a gestão democrática da escola de educação básica.

A avaliação institucional não deve ser vista apenas enquanto um instrumento de controle burocrático e centralizador em conflito com a autonomia, e sim um processo necessário de administração do ensino e da pesquisa e como exigência da sociedade democrática.

A busca da qualidade na educação deve se fazer de forma coletiva, dialogada e não simplesmente imposta. É necessário que se criem mecanismos de avaliação institucional que permitam a participação de todos envolvidos nos processos educativos.

De acordo com Libâneo,

a avaliação pode fornecer dados importantes para a construção e efetivação do projeto-político-pedagógico da escola, servindo ambos para uma **melhor definição da identidade**, autonomia, missão e objetivos institucionais, a partir de princípios democráticos e participativos.. (LIBÂNEO, 2004, p. 235, grifo meu)

Falar em identidade de uma instituição escolar e do respeito a mesma é falar da avaliação institucional como uma construção coletiva, que seja pensada de acordo com o que aquela comunidade se propõe a alcançar, refletindo sobre suas expectativas e possibilidades.

Hora nos aponta a avaliação institucional enquanto um instrumento primordial na gestão participativa. Nos informa que ela,

pressupõe uma deliberada construção do futuro, do qual participam os diferentes segmentos da escola, cada um com sua ótica, seus valores e seus anseios, que, com o poder de decisão, estabelecerão uma política para essa instituição, com clareza de que são ao mesmo tempo autores e objetos dessa política, que deve estar em permanente debate, reflexão, problematização, estudo, aplicação, avaliação e reformulação, em função das próprias mudanças sociais e institucionais " (Hora, 1997 p.51).

O QUE É AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A finalidade da avaliação institucional é buscar um ensino cada vez melhor, associado a uma realidade de vivência do aluno e que reflita os interesses da sociedade brasileira. A escola é um lugar de concepção, realização e avaliação de seu projeto educativo, uma vez que necessita organizar seu trabalho pedagógico com base em seus alunos.

A análise das condições institucionais da escola pode ajudar a explicar os resultados da avaliação da aprendizagem e esta, por seu turno, é um importante referencial para a avaliação institucional, como afirma Souza:

A avaliação objetiva identificar em que medida os resultados alcançados até então estão próximos ou distantes dos objetivos propostos e, se possível, descobrir as razões desta proximidade ou distanciamento, para permitir que o novo planejamento a ser realizado possa resolver os problemas com mais precisão. Isto serve tanto para a avaliação institucional quanto para a avaliação da aprendizagem. (SOUZA, 2005, P.1)

Os indicadores para avaliação da aprendizagem também podem auxiliar no processo de envolvimento das pessoas no trabalho coletivo da escola:

indicadores bem concebidos, que sejam apropriadamente utilizados, podem servir como incentivo positivos para o desenvolvimento da escola. Se indicadores de aprendizagem estudantil encorajam estudantes e professores a focarem o trabalho em habilidades e capacidades, se eles ajudam a identificar necessidades ou problemas (...) então os indicadores poderão se utilizados mais cotidianamente. (DARLING – HAMMOND E ASCHER, 1991, P.37).

De forma equivalente à avaliação da aprendizagem os indicadores para a avaliação institucional também podem ser úteis:

Se indicadores do contexto escolar ou da performance escolar ajudam as escolas e suas comunidades a monitorar a qualidade e a igualdade de oportunidades disponíveis aos estudantes, se eles provêm ricas informações para a solução de problemas locais da escola, então eles apoiarão, processos de tomada de decisões responsáveis e, ao longo do tempo, mais educação com controle social. (DARLING – HAMMOND E ASCHER, 1991, P. 37)

Quando a escola se organiza para construir um processo de avaliação institucional, a partir do planejamento participativo, ela conecta de forma substantiva gestão e avaliação. Isso quer dizer que a avaliação do conjunto do trabalho da escola como instituição educativa, como subsidio do processo de planejamento, é um instrumento de gestão democrática desta instituição. Isto deve ter como ponto de partida o aluno, mas a avaliação institucional não se esgota nos elementos que podem ser observados diretamente nos alunos, sendo preciso considerar, também, aqueles aspectos que são mediadores do processo pedagógico.

A Avaliação Institucional não pode reduzir-se a um processo técnico por que ela deve estar inserida num projeto de educação e de sociedade que esteja relacionada ao Projeto Político Pedagógico da instituição avaliada.

AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: LOCALIZANDO O DEBATE

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) é a primeira iniciativa brasileira, em âmbito nacional, no sentido de conhecer mais profundamente o nosso sistema educacional.

Este sistema foi lançado na metade da década de 1980 no período denominado de “Nova República”, quando o país clamava pelas soluções dos históricos problemas educacionais brasileiros e começou a construir um relativo consenso, nas entidades governamentais, no sentido de que as soluções para os problemas educacionais dependiam cada vez mais do estabelecimento de um rigoroso programa de avaliação da educação. A constituição de um programa dessa natureza passou, então, a ser sistematizada na busca de coleta de

informações acerca do “que estava sendo gerado no setor educacional, como, onde, quando e quem era o responsável pelo produto obtido” (PESTANA, 1998,P. 66).

Além de coletar dados sobre a qualidade da educação no País, procura conhecer as condições internas e externas que interferem no processo de ensino aprendizagem, por meio da aplicação de questionários de contexto respondidos por alunos, professores e diretores, e por meio da coleta de informações sobre as condições físicas da escola e dos recursos de que ela dispõe.

O foco dado a esse tipo de Sistema de avaliação muitas vezes não traz melhorias efetivas às escolas. É aplicado por amostragem e a abordagem avaliativa direciona-se mais para os resultados da aprendizagem do que para o processo de avaliação, pois muitos aspectos que envolvem as instituições de ensino não são apontados durante a execução do Programa de avaliação, que tem foco maior na aprendizagem.

A metodologia do SAEB é voltada para a caracterização do conjunto do sistema e, portanto, não tem privilegiado a avaliação individual das escolas ou dos alunos. Isto tem implicações inclusive na metodologia utilizada para elaborar e para analisar as provas. Neste sentido, o SAEB difere do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), criado posteriormente para avaliar as competências dos estudantes que concluem o ensino médio, pois neste caso a metodologia utilizada prevê a avaliação dos indivíduos.

Vianna nos fala sobre a importância da avaliação e do compromisso que a mesma deve ter com o contexto e critica a simplificação da realidade, que é através de uma prova objetiva, considerar uma única realidade. Uma realidade “encaixada”, que no meu entender é como se não respeitasse as particularidades do lugar onde a instituição escolar está inserida. De acordo com ele

Um instrumento de medida (...) pode ser válido para um curso, mas não para outro. Pode ser válido para um currículo, mas não para outro; para um professor, mas não para outro, inclusive, pode ser válido para uma escola, mas não o ser para outra instituição (VIANA, 2003, P. 34)

Tais críticas são fundamentais para que se possa analisar a pertinência de o poder público continuar investindo num modelo deste tipo e colocar em questão

a possibilidade de democratizar a decisão sobre para que e como realizar a avaliação de sistemas de forma padronizada nacionalmente. De toda forma, elas não modificam o fato de que há muitos dados sendo produzidos e parece necessário o debate sobre o uso destes dados como instrumento de melhoria da ação pública, ou simplesmente na reprodução da lógica da competição. (SOUZA, 2005)

No SAEB, assim como no ENEM, os resultados dos alunos e das escolas não são publicados, de modo que somente o aluno ou a escola em questão podem receber as informações sobre o seu desempenho. No SAEB, o manuseio dos próprios microdados é bastante controlado pelo INEP, não sendo externado aleatoriamente, pois isto poderia provocar conseqüências muito negativas naquele sentido da comparação/competição.

Apesar das incontáveis críticas que recaem sobre esse tipo de avaliação, as mesmas não possuem somente aspectos negativos. O fato de podermos fazer prognósticos a partir dos dados e situações causadas pelos efeitos desse tipo de avaliação pode representar um avanço nas relações.

É possível a utilização dos dados educacionais produzidos a partir dessas avaliações para uma efetiva discussão e encaminhamento de novas propostas na redefinição de novos objetivos.

RELAÇÃO INTRÍNSECA : GESTÃO DEMOCRÁTICA, PROJETO-POLÍTICO-PEDAGÓGICO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A democratização da gestão na escola possibilita o crescimento e a melhoria de toda a escola e dos agentes nela inseridos. No entanto, ainda são muitos os desafios que rodeiam a efetivação da gestão democrática nos espaços educacionais, sendo um deles a percepção burocrática da gestão escolar. Uma concepção burocratizada e hierarquizada da gestão, em que o papel do diretor é o principal ator faz com que os contextos escolares tornem-se espaços fechados, sem momentos de discussão, crescimento e melhoria da educação.

Ao optar por uma gestão democrática , a instituição escolar convida , mesmo que de forma implícita, todos os atores do processo educativo para fazerem parte do processo educativo.

A instituição de ensino necessita de estratégias que a organizem no que diz respeito à sua missão, seus objetivos, metas, metodologia, currículo e avaliação.

Nesse aspecto, o projeto- político-pedagógico da escola, torna-se estratégia indispensável e insubstituível para a sua gestão democrática, direcionando de maneira participativa e democrática, os caminhos que a escola irá trilhar.

A LDB (Lei nº 9394/96) diz, no seu art. 12, que “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão incumbência de “Elaborar e executar sua proposta pedagógica .”

A determinação desse artigo trouxe às escolas a tarefa de planejar suas ações, compreendendo sua especificidade e assumindo sua função social de uma maneira coletiva e participativa, envolvendo todos os agentes escolares, criando a cultura de que todos são responsáveis pela instituição escolar.

É necessário que o projeto-político-pedagógico seja articulado, direcionado e executado com responsabilidade, consciência, fundamentação, participação e preparo de todos, com o entendimento essencial de que esse trabalho vai muito além de um simples documento burocrático.

Eyng nos remete a uma definição do projeto político-pedagógico:

Projeto porque faz uma projeção da intencionalidade educativa para futura operacionalização, a teleologia, ou seja, a finalidade de cada organização educativa expressada nos seus processos e metas propostos. Político porque coletivo, político porque consciente, político porque define uma posição do grupo, político porque expressa um conhecimento próprio, contextualizado e compartilhado. Político, porque supõe uma proposta coletiva, consciente, fundamentada e contextualizada para a formação do cidadão. Pedagógico porque define a intencionalidade formativa, porque expressa uma proposta de intervenção formativa, refletida e fundamentada, ou seja, a efetivação da finalidade da escola na formação para a cidadania (EYNG, 2002, p. 07).

Assim o projeto-político-pedagógico significa um projetar de ações apoiado na totalidade, identidade, autonomia e participação de toda instituição, ações estas propostas por todos os participantes escolares, de maneira que a responsabilidade da escola se torne coletiva, com a intenção de efetivar o papel da escola na formação do cidadão.

Nos últimos anos a relevância que o tema avaliação institucional vem conquistando nos espaços institucionais aponta para discussão de sua importância para o processo de melhoria das escolas.

Segundo Dias Sobrinho (1995, p. 53): “A avaliação institucional ultrapassa amplamente as questões das aprendizagens individuais e busca a compreensão das relações e estruturas. (...) é importante destacar que essas relações ou processos e as estruturas que engendram são públicos e sociais.”

A avaliação deve servir como ferramenta de gestão no sentido de direcionar as práticas educacionais da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Penso que a avaliação institucional pode ser considerada como algo extremamente provocativo, uma vez que pode incitar toda a comunidade a um debate sobre as relações estabelecidas no interior da comunidade.

Essa proposta da participação de todos suscita a conscientização da comunidade escolar de que todos os agentes da escola possuem o mesmo grau de importância e de que todos podem contribuir para bom funcionamento da instituição e que todos são responsáveis pela melhoria da educação básica.

De acordo com Fernandes:

A escola que passa por um processo avaliativo sério e participativo descobre sua identidade e acompanha a sua dinâmica. Muita coisa aprende-se com esse processo. Mas o que fica de mais importante é a vivência de uma caminhada reflexiva, democrática e formativa. Todos crescem. Os dados coletados mudam, mas vivência marca a vida das pessoas e renova esperanças e compromisso com um trabalho qualitativo e satisfatório para a comunidade escolar e para a sociedade. Avaliação Institucional é, portanto, um processo complexo e não há, pronto para consumo, um modelo ideal e único para as escolas. Ela precisa ser construída. É o desafio de uma longa caminhada possível e necessária. (FERNANDES, 2002, p. 140)

Inúmeras reflexões a respeito da avaliação institucional serão necessárias, mas o contexto político-social brasileiro e as diversas pesquisas em educação indicam a necessidade de uma mudança nas práticas das escolas sobre a avaliação escolar e a urgência em desenvolver políticas públicas de avaliação

institucional voltadas para as escolas de educação básica, com fins de melhoria dos espaços educacionais brasileiros.

Quando a escola possui processos que facilitam o encaminhamento da gestão democrática e a participação efetiva de todos nas discussões e construção de projetos políticos para a instituição, a gestão democrática estará contribuindo para a perfeita harmonia entre avaliação institucional e busca da qualidade na educação, mesmo que essa harmonia signifique uma discussão mais efetiva dos processos por parte de toda a comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DIAS SOBRINHO, J; BALZA, N.C. **Avaliação Institucional**: teorias e experiências .São Paulo: Cortez, 1995.

EYNG, A.M. **Planejamento e Gestão do projeto –político- pedagógico**: desenvolvendo competências. In: Eyng.A.M. Planejamento e Gestão Educacional numa perspectiva sistemática.Curitiba: Champagnat, 2002.

HORA, D. L. da. **Gestão Democrática na Escola**. Campinas: Papirus, 1997.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola**: teoria e Pratica. Goiânia: Alternativa, 2004.

FERNANDES, M. E. A. **Avaliar a escola é preciso**: Mas... que avaliação? In: VIEIRA, S. L. Gestão da Escola desafios a enfrentar. Rio de Janeiro: DP&A-Editora, 2002.

PESTANA, M. I. O sistema de avaliação brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**.Brasília, v. 79, nº 191, p. 65-73, jan./abr. 1998.

SOUZA, A. R. [et.al]. **Gestão e avaliação da educação escolar**. Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Graduação e ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, secretaria de educação Básica. Curitiba: Ed. da URPR, 2005, p.17-22.42p. (Gestão e avaliação da escola pública, 4).

VIANNA, H.M. **Avaliações em debate**: SAEB, ENEM, PROVÃO. Brasília: Plano, 2003.

DARLING-HAMMOND, O. L.; ASCHER, C. **Creating Accountability in big city schools**. Urban Diversity Series, N°102, march, 1991.

**ANEXO – Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal “Francisca
Ferreira de Avelar”**

**Escola Municipal
“Francisca Ferreira de Avelar”
Educação Infantil – Ensino Fundamental – Alfabetização Jovens e Adultos
(EJA)**

Praça do Milito s/nº - Barreiro de Cima

Projeto Político Pedagógico

**Sete Lagoas
2009**

Sumário

1. IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA
 - 1.1 Ato de criação
 - 1.2 Entidade Mantenedora
 - 1.3 Modalidades de Ensino
2. APRESENTAÇÃO
 - 2.1 Visão da escola
 - 2.2 Missão da escola
 - 2.3 Princípios
3. MARCO SITUACIONAL
 - 3.1 Regime de funcionamento
 - 3.2 Alunos atendidos e comunidade inserida
 - 3.3 Relação com a comunidade
 - 3.4 Profissionais – Habilitação e Nível de escolaridade
 - 3.5 Atuação de Colegiado
 - 3.6 Infra-estrutura
 - 3.7 Equipamentos
 - 3.8 Acervo Bibliográfico
4. PLANO DE AÇÃO DA ESCOLA
5. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO
 - 5.1 Tempo escolar
 - 5.2 Matrícula \ Frequência \ Transferência \ Calendário
 - 5.2.1 Matrícula
 - 5.2.2 Frequência
 - 5.2.3 Transferência
 - 5.2.4 Calendário
 - 5.3 Plano Curricular
 - 5.4 Planejamento
 - 5.5 Linha metodológica
 - 5.6 Projetos
 - 5.7 Competências e habilidades
 - 5.8 Sistema de avaliação
 - 5.8.1 Recuperação Paralela

- 5.8.2 Estudos Orientados presenciais
- 5.8.3 Estudos Independentes
- 5.8.4 Progressão Parcial
- 5.8.5 Registro
- 5.8.6 Avaliação Externa
- 5.8.7 Educação de Jovens e Adultos – EJA
- 5.9 Classificação e Reclassificação
- 5.10 Estratégias para ampliar as oportunidades de aprendizagem
 - 5.10.1 Ajustamento Pedagógico
 - 5.10.2 Articulação como parceria
 - 5.10.3 Atividades de lazer \ cultura \ social
- 5.11 Atendimento das necessidades educacionais especiais
 - 5.11.1 Adaptações curriculares
 - 5.11.2 PDI – Plano de Desenvolvimento Individual
 - 5.11.3 Terminalidade específica
- 6. FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS
 - 6.1 Módulos
 - 6.2 Capacitação
 - 6.3 Conselho de classe
 - 6.3.1 Competências do Conselho de Classe
- 7. AVALIAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA

1.1 Ato de criação

Lei Municipal nº 1.708/73 – Escola Combinada

Portaria nº 039/64 de 29/06/74 – registro 266/77 da Secretaria de Estado da Educação. Portaria nº 031/80 de 18/01/80 da Secretaria de Estado da Educação – Extensão de 5ª a 8ª série.

1.2 Entidade Mantenedora:

Prefeitura Municipal de Sete Lagoas / Secretaria Municipal de Educação

1.3 Modalidades de Ensino

- Educação Infantil- Pré –escolar atende alunos de 4 e 5 anos
- Ensino Fundamental - 1º ao 9º ano
- Ensino Fundamental - Séries iniciais e finais : EJA – Educação de Jovens e Adultos.

2. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

A necessidade de retratar a realidade educacional da Escola Municipal “Francisca Ferreira de Avelar” junto a sua comunidade, fez com que o corpo docente em conjunto com a direção e equipe pedagógica desenvolvesse uma proposta pedagógica que atenda às necessidades dos alunos.

O comprometimento com a formação do cidadão consciente, participante da sociedade que está inserido é uma das práticas educativas desenvolvidas diariamente pela escola. A responsabilidade de bem realizar esta tarefa norteia os trabalhos dos profissionais, uma vez que todos têm a convicção de que a educação não é uma ação neutra, é preciso a integração de todos para a execução de um bom trabalho e, conseqüentemente de resultados satisfatórios.

Esse documento enfatiza a autonomia, flexibilidade e liberdade necessárias ao resgate dos compromissos da escola e dos educadores com uma aprendizagem de qualidade.

2.1 Visão da escola

A Escola Municipal “Francisca Ferreira de Avelar”, à luz dos princípios éticos, busca desenvolver um processo educacional que leve a formação do ser humano, a partir da construção do seu conhecimento.

2.2 Missão da escola

A Escola Municipal “Francisca Ferreira de Avelar” tem como missão a formação do cidadão consciente, imbuído de valores, ciente de seus direitos e deveres, capaz de aplicar os conhecimentos adquiridos e agir de maneira centrada, assumindo seu lugar na sociedade em que vive.

2.3 Princípios

A Escola Municipal “Francisca Ferreira de Avelar” parte do princípio ético da responsabilidade, do diálogo, da interação professor/aluno, para que a autonomia seja condição imprescindível no processo educacional dessa comunidade escolar.

3. MARCO SITUACIONAL

3.1 Regime de funcionamento

A escola funciona em 03 (três) turnos:

Matutino – 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e Educação Infantil;

Vespertino – Educação Infantil e Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano;

Noturno – Educação de Jovens e Adultos: Ensino Fundamental : anos iniciais e finais.

3.2 Alunos atendidos e comunidade inserida

Atualmente a E.M. “Francisca Ferreira de Avelar” atende 581 alunos regularmente matriculados , que são moradores dos bairros: Barreiro de Cima, Barreiro de Baixo, Lapinha, Lontrinha, Riacho do Campo, comunidade rural (fazendas) e Pousada do Sol.

Em sua maioria são filhos de operários, trabalhadores da zona rural e possuem acesso a informações e tecnologias mas, se limitam a permanecer numa cultura regionalista própria dos bairros que estão inseridos.

A comunidade é constituída por famílias com baixo poder aquisitivo. Em geral, as famílias não fixam residência por um longo período, devido ao grande índice de

rotatividade, dos empregos oferecidos na região, por se tratar de área de grande concentração de siderúrgicas.

As famílias em 80% são numerosas, e os alunos atendidos acabam não dispondo de assistência familiar adequada (60% dos responsáveis não concluíram a 4ª série do Ensino Fundamental e aproximadamente 20% são analfabetos).

3.3 Relação com a comunidade

A escola busca manter com a comunidade uma relação de parceria, estando essa sempre engajada em projetos educacionais. A escola abre espaço para: Comemorações (datas cívicas, Dia da Consciência Negra, Recitais,), reuniões, atendimentos individuais e coletivos (associações), palestras e outros.

3.4 Profissionais – Habilitação e Nível de Escolaridade

Dos profissionais que atualmente compõem o Quadro Funcional da escola 69% são efetivos.

Todo o corpo docente possui graduação com licenciatura curta ou plena, outros com pós-graduação.

A equipe pedagógica é composta por 3 (Três) pedagogas, divididas por turmas e turnos. E os demais funcionários são também, devidamente capacitados para as funções que exercem.

3.5 Atuação do Colegiado

O Colegiado Escolar é o órgão representativo da comunidade escolar, com função deliberativa e consultiva nos assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira, respeitadas as normas legais pertinentes.

3.6 Infra-estrutura

A escola funciona em prédio próprio, com ótima aparência, onde o espaço é bem distribuído, pois possui 11 (onze) salas de aula, 01 (uma) diretoria, 01 (uma) biblioteca, 01 (uma) sala de informática, 01 (uma) sala de professores com banheiro, 01 (uma) secretaria, 02 (dois) banheiros (01 feminino e 01 masculino) para os alunos, 01 (um) banheiro, 01 (um) banheiro, 01 (uma) cantina, 02 (dois) almoxarifados, 01 (uma) sala para pedagogas, 01 (uma) quadra de esportes coberta e 01 (um) refeitório.

3.7 Equipamentos

A escola dispõe de 01 (um) equipamento de som, 02 (dois) DVDs, 02 (duas) TV de 20", 01(uma) TV 29", 01(um) vídeo cassete, computadores para a área administrativa, computadores destinados à aulas de informática, 01 (um) retroprojeter, impressoras e 01 (um) laboratório móvel de Ciências. O laboratório de informática e Ciências tem por finalidade fornecer um conhecimento específico. Apropriando os diversos saberes, utilizando novas metodologias.

3.8 Acervo Bibliográfico

O acervo bibliográfico é composto por livros didáticos e para-didáticos, livros literários e 5% de revistas para pesquisas.

Tais materiais ainda são insuficientes, devido a grande demanda dos alunos. Há ausência de dicionários na língua estrangeira, assinaturas de jornais e diversificação atualizada de acervo.

4. PLANO DE AÇÃO DA ESCOLA

Tabela em anexo

5. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

5.1 Tempo escolar

- Educação Infantil: a organização será em períodos, grupos não seriados com base na idade.
- O Ensino Fundamental compreendido do 1º ao 9º ano, será organizado em seriação de acordo com a legislação vigente.
- A Educação de Jovens e Adultos (EJA) está compreendida entre 1ª ao 3º períodos dos anos iniciais e 1º ao 3º períodos anos finais , terá a duração de seis anos letivos organizados em períodos. Os períodos serão desenvolvidos em regime anual, tendo a duração de 200 dias letivos, correspondentes a 1.800 módulos perfazendo o total 1.500 horas. O Ensino Fundamental será em três módulos de 50 minutos por dia letivo, e terá atividades de estudos complementares de 100 horas (extra-classe) no processo de aprendizagem.

5.2 Matrícula \ Freqüência \ Transferência \ Calendário

5.2.1 Matrícula

De acordo com o Regimento Escolar no capítulo III a matrícula será efetuada nos períodos previstos no Calendário Escolar, observadas as exigências legais.

A direção do estabelecimento divulgará, por todos os meios possíveis o Edital de Matrícula.

No Edital de matrícula deverão constar as seguintes informações:

- a) Critério de atendimento da demanda
- b) Número de vagas por série e turma
- c) Documentação necessária;
- d) Período e horário por turno de matrícula.

No ato da matrícula, serão exigidos:

- a) Certidão de Nascimento.
- b) Comprovante de residência.
- c) Histórico escolar ou Ficha de desempenho.
- d) Para fins de matrícula será permitido pelo prazo máximo de 30 dias receber a declaração provisória de transferência

A matrícula na Educação de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental, anos iniciais e finais, atenderá os alunos que tiverem idade mínima de 15 anos.

O ensino fundamental será ministrado com base no princípio de igualdade de condições para acesso, frequência e permanência na escola.

A direção promoverá medidas para incentivar a matrícula e frequência dos educandos.

Em nenhuma hipótese será negada matrícula de aluno por motivo de etnia, sexo, condição social, convicção política, crença religiosa ou necessidade educacionais especiais.

A matrícula do aluno é efetivada a cada ano. A aceitação da matrícula de aluno transferido de outra unidade de ensino será permitida desde que haja vaga. A matrícula de aluno transferido deverá ser efetivada observando-se as normas estabelecidas por esta escola.

Não haverá matrícula de aluno ouvinte. (Artigo90/§2º)

5.2.2 Frequência

Para fins de aprovação do aluno exigir-se-á frequência mínima obrigatória de 75% da carga horária anual e um mínimo de aproveitamento em relação aos objetivos definidos para os conteúdos curriculares do nível em que se encontra.

Para os alunos da EJA não será permitido usar o recurso da reclassificação por frequência.

Será de responsabilidade do Professor o registro e controle da frequência diariamente.

Será considerado evadido o aluno que, sem justificativa, permanecer faltoso por período igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) dos dias letivos anuais computados, consecutivos ou não, e aquele que sem justificativa permanecer faltoso por período igual ou superior a 20 dias consecutivos a contar do dia da matrícula. Ao aluno evadido ser garantida a vaga, desde que haja esta vaga.

O não comparecimento, a infrequência e os atrasos constantes do aluno devem ser objetivo de ação da escola junto às famílias e autoridades competentes.

A escola se encarregará de comunicar periodicamente a frequência do aluno à família ou responsável e não havendo retorno, fará o encaminhamento ao Conselho Tutelar, caso o aluno seja menor, para que seja tomada as medidas cabíveis.

As faltas justificadas atenderão os casos específicos contidos no decreto lei 1.044 de 21/10/69 e da lei 6.202 de 17/04/75.

Terá a sua matrícula cancelada o aluno que sem justificativa, não comparecer à escola, até o 20º (vigésimo) dia letivo consecutivo após o início das aulas, ou, a contar da data de efetivação da matrícula, se esta ocorrer durante o letivo.

Antes de efetivar o cancelamento da matrícula, a direção da escola deverá contactar o aluno e seus responsáveis, alertando-os sobre a importância do cumprimento da obrigatoriedade da frequência escolar.

5.2.3 Transferência

A transferência de um estabelecimento para outro será obtida pelo interessado, em qualquer época, mediante requerimento à secretaria, devendo o mesmo ser subscrito pelo aluno, quando maior, ou por seu responsável, quando menor.

A transferência será aceita pelo estabelecimento, desde que haja vaga, salvo os casos previstos por lei.

Ao aluno transferido será concedido o prazo de 30 (trinta) dias para que satisfaça as exigências legais relativas à documentação.

Para concessão de transferência, não se exigirá declaração da existência de vagas da escola de destino.

A documentação necessária para a transferência será a seguinte:

- a) Histórico Escolar;
- b) Ficha individual do aluno;
- c) Ficha descritiva de Acompanhamento;
- d) Certidão de registro Civil (xerox em perfeito estado de conservação)

A transferência do aluno de um para o outro estabelecimento de ensino far-se-á pela Base Nacional Comum e com observância das normas legais vigentes.

Ao aluno egresso de escola onde a avaliação é trimestral, serão aplicadas provas da Base Nacional Comum, observando-se o tempo do ingresso do mesmo na escola.

Para o aluno egresso de escola onde a avaliação é feita através de conceito, far-se-á a conversão em notas.

O aluno transferido para a escola que não tiver estudado conteúdo ou disciplina da Base Nacional Comum, será submetido à adaptação do currículo, com acompanhamento e orientação do corpo Técnico-Administrativo da Escola.

5.2.4 Calendário

O Calendário Escolar, respeitadas as normas legais, será elaborado no final de cada ano letivo, pela direção, equipe técnica-administrativa e equipe pedagógica, devendo ser aprovado pela Secretaria Municipal de Educação, Inspeção Escolar e Colegiado.

O Calendário prevê Carga Horária mínima de 833 horas e 20' para o Ensino Fundamental e 800 horas para Educação Infantil, distribuídas por um mínimo de 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar.

Para EJA a carga horária mínima é de 500 horas e será completada com atividades de estudos complementares (extra-classe) num total de 100 horas.

Considera-se dia escolar, atividades de caráter pedagógico e/ou administrativo, com a presença obrigatória apenas do corpo docente, técnico e administrativo.

Na composição do calendário serão incluídos, no máximo 04(quatro) sábados letivos, contando com a frequência mínima de 50(cinquenta) por cento dos alunos.

Considera-se dia letivo, aquele em que comparecem mais da metade dos professores e alunos, em situação de atividades escolares.

Na elaboração do calendário serão especificados:

- a) O início e o término do ano escolar
- b) Número de dias letivos
- c) Os dias destinados à realização das assembleias da comunidade escolar
- d) Os períodos destinados à chamada escolar e à matrícula

- e) Os períodos de planejamento e capacitações dos professores
- f) Os recessos, os feriados e as férias
- g) As programações culturais, cívicas, pedagógicas da Unidade de ensino
- h) Os períodos para a realização dos estudos orientados

A Carga horária mínima de dias e horas letivos serão determinados pela legislação.

5.3 Plano Curricular

Os planos curriculares da Educação Infantil, Ensino Fundamental, anos iniciais e finais e E.J.A serão baseados nos Referenciais Curriculares Nacionais e Municipais, elaborados em conformidade com a legislação vigente, fundamentados nos artigos 26 e 28, seção II e III da lei 9394/96, tendo como Base Nacional Comum e a parte complementar diversificada. Além de desenvolver aspectos que contribuirão para a formação da vida cidadã, dentre eles os Temas Transversais.

5.4 Planejamento

No início e ao longo do ano escolar serão criados momentos para direcionar as ações pedagógicas na escola. Serão oportunidades de reflexão e ação com o intuito de crescimento e aproveitamento para uma melhor aprendizagem dos alunos.

5.5 Linha metodológica

A Escola Municipal Francisca Ferreira de Avelar tem como objetivo garantir as oportunidades educativas requeridas para o atendimento das necessidades básicas de aprendizagem dos educandos, optando por uma linha construtivista sociointeracionista, focalizando em especial:

- O domínio de instrumentos essenciais à aprendizagem para toda a vida – leitura, a escrita, a expressão oral, o cálculo, a capacidade de solucionar problemas e elaborar projetos de intervenção na realidade;
- O domínio dos conteúdos básicos de aprendizagem – conhecimentos conceituais essenciais dos vários campos do saber, capacidades cognitivas e sociais amplas e procedimentos gerais e específicos, bem como valores e atitudes fundamentais à vida pessoal e à convivência social;
- O conhecimento da pluralidade cultural Étnico-Raciais/ cultura áfrico brasileira e africana;

- Promoção da integração dos alunos, preparando-os para inserção na sociedade.

A globalização do ensino não prescreve a utilização de um determinado método, mas constitui numa proposta global de intervenção, com atividades inter-relacionadas e contextualizadas, em que os termos de ensino são tratados interdisciplinamente através de propostas de ensino dentre outros.

Esse enfoque globalizador apresenta-se na escola como um espaço de interação, trocas entre contexto/ conteúdo, visando o desenvolvimento integral do aluno nos aspectos emocionais, cognitivos e sociais, estabelecendo relações entre os saberes já conhecidos e os novos, num processo de construção significativa do conhecimento.

A formação global pressupõe o aprender a aprender, a viver, a sentir, a participar e a optar.

(Prática Pedagógica - A dimensão do ensino e os termos transversais – pág. 43)

5.6 Projetos

A escola tem como objetivo promover projetos que visem:

- Cultivar valores éticos, morais, sociais para vivenciar a cultura da paz
- Construir e respeitar normas, condutas éticas e morais de convivência
- Vivenciar atitudes de respeito mútuo, dignidade e solidariedade no convívio escolar.
- Envolver escola, família e comunidade, numa parceria em prol do crescimento pessoal e social
- Ampliar hábitos de saúde e bem-estar
- Adotar medidas de apreciação, valorização, conservação e preservação da natureza.
- Fortalecer a afetividade, a sexualidade de forma consciente e responsável.
- Conhecer e respeitar a pluralidade cultural, Afro-Brasileira e Africana

Projetos desenvolvidos na escola:

- Meio ambiente
- Esporte e Cidadania
- Programa 2º tempo
- BPE Anti-Drogas e violência
- Afetividade e Sexualidade

5.7 Competências e habilidades

Embasado nas diretrizes curriculares municipais, de acordo com a faixa etária do aluno e tempo escolar, deverão ser desenvolvidas as seguintes competências:

1. Dominar a leitura, escrita e diversas linguagens utilizadas pelo ser humano
2. Fazer cálculos e resolver problemas
3. Analisar, sintetizar, interpretar dados, fatos e situações
4. Localizar, acessar e usar melhor a informação acumulada
5. Planejar, trabalhar e decidir em grupo

5.8 Sistema de avaliação

Na Educação Infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem objetivo de promoção, mesmo para o acesso para Ensino Fundamental.

A avaliação dos alunos deve ser compreendida como parte integrante do processo pedagógico. Tem como objetivo identificar os avanços e as necessidades de reorientação das ações educativas professor / aluno. A avaliação no 1º ano do Ensino Fundamental será feita mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, através de conceito, sem objetivo de retenção.

A verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

- * Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos dos resultados ao longo do período letivo;
- * Aceleração de avanço no ano, mediante verificação do aprendizado;
- * Aproveitamento de estudos concluídos com êxito.

A avaliação deve ser:

- * contínua e processual;
- * dinâmica e participativa;
- * diagnóstica e investigativa.

A avaliação contínua e diagnóstica permitirá aos professores tomar decisões relativas e regulação do processo: avançar em determinados objetivos, entrando na fase seguinte do final do ano letivo, ou estender ao início do ano seguinte a finalização de determinados objetivos de fase em desenvolvimento.

A partir dos resultados da avaliação contínua, serão organizados grupos, focando as necessidades apresentadas com o objetivo de saná-las sendo estes grupos temporários e rotativos, com garantia de reinserção nas atividades coletivas e cotidianas da escola .

A avaliação destinada aos alunos de necessidades especiais se baseará num diagnóstico multidisciplinar, relatório circunstanciado e plano de desenvolvimento do aluno, com instrumentos indispensáveis para uma análise criteriosa da necessidade

especial, com isto, analisar se necessitará de uma intervenção afirmativa na prática pedagógica da escola.

Quando necessário deve-se realizar diagnóstico da necessidade, por equipe multidisciplinar envolvendo Pedagogo, Professores, Saúde e Assistência Social que possam identificar se a necessidade especial se relaciona com causa orgânica, social ou educacional, ou se o atendimento das necessidades requer também procedimentos da Assistência Social da Saúde.

De posse dos resultados da avaliação educacional e do diagnóstico, serão traçados o relatório circunstanciado, destacando as interfaces entre fatores e o plano de desenvolvimento do aluno por um período determinado de num mínimo 06 (seis) meses.

Para atendimento, facilitando a aprendizagem dos alunos, serão organizadas diferentes possibilidades de atendimentos, podendo ser considerados:

- Reagrupamento dos alunos, na própria classe, em determinado horário, tendo em vista a realização de um trabalho independente, pela maioria da turma enquanto o professor trabalha junto a um grupo;
- Reagrupamento dos alunos em determinados dias / horários, previamente combinados e envolvendo várias turmas para o desenvolvimento de atividades diferenciadas, cada professor atendendo a uma necessidade;
- Atendimento aos alunos em suas necessidades especificadas por meio de voluntários da comunidade ou de estagiários.

O processo de avaliação dos alunos deve ser sistemático e contínuo.

Os professores deverão refletir com o aluno sobre os resultados das avaliações, levando-o a rever e refazer seu processo ensino – aprendizagem.

Os registros da vida do aluno serão feitos em fichas elaboradas pelo Conselho de Classe.

Os instrumentos e situações de avaliação podem ser os mais variados:

- Valorização de toda produção do aluno;
- Auto- avaliação;
- Observação do desempenho em suas atividades diárias através de trabalhos individuais, em grupo, provas, testes, pesquisas, relatórios, debates, apresentações etc

ATIVIDADES:

5.8.1 . Recuperação Paralela

A recuperação paralela será realizada imediato focando s dificuldades com objetivos de sanar as deficiências apresentadas a partir de atividades especificamente programadas para atendimento de alunos ou grupo de alunos que não acompanharam os conteúdos trabalhados ao longo do processo de aprendizagem.

5.8.2 Estudos orientados presenciais

Para os alunos que não apresentarem domínio suficiente das aprendizagens básicas previstas para o período, será ministrado estudos orientados imediatamente após o encerramento do ano letivo.

5.8.3 Estudos independentes

Serão realizados no período de férias escolares, com avaliação prevista para a semana anterior ao início do ano letivo subsequente.

5.8.4 Progressão parcial

Para fins de aprovação do aluno no ensino fundamental do (2º ao 9º ano) exige-se a frequência mínima de 75% (setenta e cinco) por cento da carga horária anual e um mínimo de 60% (sessenta) por cento de aproveitamento em relação aos objetivos definidos para os conteúdos curriculares do nível em que se encontram.

Nos 4 (quatro) anos finais do Ensino Fundamental será exigido o aproveitamento mínimo de 60 (sessenta) pontos em cada componente curricular.

Nos 5 (cinco) de escolaridade a progressão será continuada de acordo com a Resolução Nº 521 de 02/02/2004.

A progressão parcial será adotada nos 4 (quatro) anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º) ano, de acordo com a resolução Nº 521 de 02/02/2004.

Poderá beneficiar-se da progressão parcial o aluno que não apresentar o desempenho mínimo de 60 (sessenta) pontos em até 2 (duas) componentes curriculares.

Ficará retido na série em curso o aluno que não apresentar o desempenho mínimo em 3 (três) disciplinas, incluindo-se nesse capítulo as disciplinas, as séries em que se encontra e aquelas em regime de progressão parcial.

A Progressão parcial será composta por :

- a) Estudos Orientados ao longo do primeiro semestre do ano letivo subsequente, sendo orientado pelo professor do conteúdo, podendo os mesmos serem liberados do processo tão logo se verifique o domínio das aprendizagens consideradas básicas.
- b) Estudos Independentes, no segundo semestre do ano em curso, para os alunos que em regime de progressão parcial que não obtiveram resultados nos estudos orientados, devendo os mesmos ser avaliados no final do ano letivo , em data previamente definida pela escola.

5.8.5 Registro

Os registros da Progressão Parcial são registrados no diário e livro de ata.

No 1º ano do Ensino Fundamental, a avaliação será registrada em uma ficha individual de desenvolvimento do aluno.

Os registros dos resultados bimestrais dos alunos do Ensino Fundamental do 2º ao 9º ano e EJA serão lançados no diário do professor e fichas individuais.

5.8.6 Avaliação Externa

Avaliação externa visa a intervenção pedagógica para o aumento da produtividade na escola

A avaliação do profissional da escola tem como objetivo reconhecer o desempenho eficiente do trabalho realizado na escola durante o ano.

O profissional é avaliado de acordo com os princípios da legalidade, moralidade e impessoalidade, sendo considerado os aspectos de idoneidade moral, assiduidade, disciplina e eficiência no desempenho de suas funções . A escola utiliza o impresso apropriado para o preenchimento da avaliação do desempenho que é realizado semestral.

5.8.7 Educação de Jovens e Adultos EJA

A avaliação será diagnóstica e contínua de forma a orientar a organização da prática educativa, em função das necessidades dos alunos.

Os pontos cumulativos serão 100 (cem) pontos distribuídos pelo professor em trabalhos práticos individuais ou em grupos, em pesquisa em sala de aula ou em casa, em provas ou em outros meios usados na avaliação contínua, em cada disciplina.

Os 100 (cem) pontos serão distribuídos em 25 (vinte e cinco) pontos em cada bimestre, sendo um total de 04 (quatro) bimestres.

Os aspectos qualitativos permearão todo processo ensino-aprendizagem: a participação, frequência, auto-avaliação, e evolução para um pensamento científico.

APROVAÇÃO:

Será considerado aprovado o aluno que alcançar:

- Aproveitamento igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos em cada disciplina.
- Frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas anuais.
- O aluno que não alcançar o mínimo do aproveitamento exigido será submetido ao estudo de recuperação.

Não é permitido usar recurso da reclassificação por frequência na Educação de Jovens e Adultos; mesmo que tenha aproveitamento, será reprovado.

RECUPERAÇÃO

A recuperação será uma estratégia que a escola irá adotar como uma nova oportunidade para o aluno alcançar o desempenho satisfatório.

Os estudos de recuperação serão realizados mediante estudos e atividades planejadas pelo professor da turma e/ou disciplina.

Para o aluno que após a recuperação paralela ainda apresentada dificuldade, a escola deverá oferecer ao final de cada período, 3 (três) dias de estudos orientados presenciais.

Será considerado para a avaliação de estudos orientados presenciais o valor de 100 (cem) distribuídos em avaliações e trabalhos, anulando os pontos alcançados ao longo do ano.

5.9 Classificação e Reclassificação

De acordo com o Regimento Escolar, capítulo VI, a escola poderá classificar e reclassificar os alunos, tendo como base às normas curriculares gerais. Classificar significa

posicionar os alunos em anos, compatíveis com sua idade, experiência, nível de desempenho ou de conhecimento, segundo o processo de avaliação.

A Classificação poderá ser feita, exceto no 1º ano de escolaridade do Ensino Fundamental:

- Por promoção – para alunos que cursaram com nível necessário , a série na própria escola;
- Por transferência – para candidatos procedentes de outras escolas situadas no País e no exterior, considerando os Componentes Curriculares da Base Nacional Comum;
- Por avaliação – independentemente da escolarização anterior, mediante classificação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série adequada.

Reclassificar significa reposicionar o aluno em ano, constituindo um recurso de adaptação do aluno de acordo com a idade, experiência e nível de desempenho, sempre no sentido de reforçar a auto estima positiva, o gosto pelos estudos e pela escola.

A escola poderá reclassificar o aluno:

- Por frequência – inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas, desde que apresente um mínimo de aproveitamento em relação aos objetivos definidos para os conteúdos curriculares do nível a que se encontram;
- Por transferência – indicando uma posição do aluno que será modificada na escola de destino.

O aluno submetido ao processo de reclassificação será avaliado em todos os Componentes Curriculares, exceto para a Conclusão do Ensino Fundamental. A decisão da reclassificação, será decorrente de manifestação de uma comissão, formada pelos docentes e equipe pedagógica, presidida pela direção.

Os documentos que fundamentam a classificação e reclassificação devem ser arquivados na pasta individual do aluno e os atos praticados serão lavrados em ata. Deverá constar no Histórico Escolar informações sobre o processo de classificação e/ou reclassificação, a que o aluno tenha se submetido.

5.10 Estratégias para ampliar as oportunidades de aprendizagem

5.10.1 Ajustamento pedagógico

Estão sujeitos ao ajustamento pedagógico, todos os alunos transferidos e aqueles que revelem deficiência de aprendizagem, respeitando a idade cronológica, a individualidade o ritmo de desenvolvimento de cada aluno.

O ajustamento pedagógico do aluno far-se-á com o objetivo de:

- a) Colocá-lo ao nível da turma que possa integrar no conhecimento do conteúdo dos programas;
- b) Dar-lhe base de conhecimento necessário aos procedimentos dos estudos;

O professor deverá elaborar uma avaliação com o objetivo de analisar os avanços, as dificuldades apresentadas pelo aluno nos estudos anteriores.

Comprovada a dificuldade ou inexistência de estudos, já executados pela escola de destino, este deverá planejar atividades com o acompanhamento do Pedagogo objetivando o ajustamento do aluno no ano em que e matricular.

O aluno que apresentar documentação escolar da escola de origem, com a ausência dos componentes Curriculares da Base Nacional Comum, estará sujeito às adaptações que se fizerem necessárias. Serão organizadas atividades extra classe mediante pesquisas, trabalhos e avaliações.

5.10.2 Articulação como parceria

A direção da escola deve ter a iniciativa de buscar parcerias para o desenvolvimento de projetos educativos junto a associações diversas, instituições filantrópicas, iniciativa privada, instituições públicas e comunidade em geral, com o objetivo de proporcionar uma educação inclusiva e de qualidade para todos.

A escola deve propor a Secretaria, quando for o caso, a assinatura de convênios para viabilizar as parcerias referidas no artigo.

Parcerias firmadas:

- a) Plantar Siderurgia;
- b) Segundo tempo;
- c) Pais/ reuniões/ apoio para realização;
- d) Secretaria Municipal de Saúde;

- e) Projeto Ante-Drogras/ BPE de Belo Horizonte;
- f) ADESA;
- g) Via Solo;
- h) EMATER;
- i) Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

5.10.3 Atividades de lazer / cultura / social

A comunidade escolar desenvolve atividades extra-classe , feira de ciências, jogos recreativos, serões poéticos dentre outros eventos que oportunizam a troca de experiências e vivências práticas dos conteúdos abordados, objetivando a aprendizagem diferenciada.

5.11 Atendimento das necessidades educacionais especiais

A escola proporciona várias atividades que favorecem a inclusão escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais, tais como:

5.11.1 Adaptações curriculares

Cabe a escola, SME e ao professor realizar ajustes para garantir o acesso do aluno com necessidades especiais, criando:

- a) Condições físicas, sociais e materiais para a participação desse no ambiente escolar;
- b) Favorecer a comunicação e interação do aluno com pessoas com as quais convive;
- c) Aquisição de equipamentos e recursos materiais específicos necessários;
- d) Viabilizar junto aos órgãos competentes e parceiros, recursos necessários para suprir as necessidades específicas.

Portanto a escola :

- adota sistemas alternativos de comunicação oral, tanto no processo de ensino aprendizagem como no processo de avaliação a fim de, favorecer a eliminação de sentimentos de inferioridade, de menos valia, ou de fracasso, diante das dificuldades desses alunos e dos demais, quando necessário .Trabalhar a auto-estima dos alunos,desenvolvendo projetos específicos como oficinas , que atendam aos alunos com necessidades especiais.

É essencial que o professor esteja constantemente atento a seu aluno, para identificar quais conhecimentos ele possui e que necessidades educacionais apresenta. Além de utilizar de sua criatividade para criar formas alternativas de ensinar, que respondam às necessidades identificadas. E por fim, use continuamente da avaliação para identificar o que precisa ser ajustado no processo de ensinar.

5.11.2 PDI- Plano de Desenvolvimento Individual

Aos alunos com necessidades educacionais especiais sejam elas deficiência física ou condutos típicos, serão oferecidos recursos educacionais e atenção específica dos que atualmente são oferecidos aos alunos da mesma idade.

Com o objetivo de atender as diversidades dos alunos, as oportunidades e as prioridades deverão ser discutidas pela comunidade escolar e inscritas no projeto. (PDI).

A organização do PDI , será norteada de acordo com a orientação vigente (orientação SD nº 2005 resolução SEE nº 521'04 de 02/02/2004 art. 30 , resolução 451 de 27/05/2003).

Assegurando a inclusão do aluno, favorecendo no desenvolvimento de competências, atitudes e habilidades necessárias pleno exercício da cidadania.

Esse plano é o norteador das ações de ensino do professor e das atividades escolares do aluno e oferece a base para planejar o ensino.

O processo do planejamento do PDI requer que as pessoas responsáveis pela educação do aluno se envolvam em duas atividades:

- 1- reunião com os pais e profissionais para elaboração do programa educacional do aluno;
- 2- preenchimento da ficha do PDI e registro escrito da reunião.

Preparação do PDI

- Coleta e informações existentes sobre o aluno;
- Revisão das informações;
- Explicação aos pais sobre a importância para seu(a) filho (a);
- Resumo dos PDIs , se os alunos já esteve em anos anteriores.

com deficiências ou altas habilidades) devem ter um Plano de Desenvolvimento Individualizado de ensino, podendo ser elaborado com o apoio da educação especial no início de sua vida escolar e por ela ser atualizado continuamente, em função de seu

desenvolvimento e aprendizagem. Esse plano é um norteador das ações de ensino do professor e das atividades escolares do aluno e oferece a base para planejar o ensino.

O processo de planejamento do PDI requer que as pessoas responsáveis pela educação do aluno se envolvam em duas atividades:

1. Reunião com os pais e profissionais da escola para elaboração do programa educacional do aluno.
2. Preenchimento da ficha do PDI e registro escrito da reunião.

Preparação do PDI:

- ✓ Coleta e informações existentes sobre o aluno
- ✓ Revisão das informações
- ✓ Explicação aos pais sobre a importância do PDI para seu(a) filho(a)
- ✓ Resumo dos PDIs, se o aluno já os teve em anos anteriores

5.11.3 Terminalidade específica

Esgotadas as possibilidades de aprendizagem do aluno, viabilizar ao mesmo, a Terminalidade Específica do Ensino Fundamental, por meio do Certificado de Conclusão de Escolaridade, com Histórico Escolar que apresente de forma descritiva as competências desenvolvidas pelo educando, bem como o devido encaminhamento para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e para a educação profissional.

6 FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS

A fim de subsidiar o trabalho do corpo docente no processo ensino/ aprendizagem serão oferecidos no decorrer do ano, de acordo com o calendário escolar e/ou conforme necessidade, momentos p/ reflexão, discussão tomadas de decisão, estudos pertinentes a prática pedagógica. Teremos estes encontros como processo contínuo de estudos dos aspectos teóricos, praticas vinculadas à questão didáticos metodológicos, considerando a complexidade do ato educativo. Outros momentos de capacitação são oferecidos pela SME.

“Hoje sabemos que, na formação o educador aprende quando se sente”tocado”, quando encontra espaço par que sua experiência se converta em fonte de saber – um saber que lhe permita reconhecer-se, descobrir o outro e ser reconhecido; um saber que vá além da ação imediata e se projete em uma atividade que o ajude a aprender consigo mesmo e, sobretudo, que o comprometa. Sabemos também quais são circunstância que fazem com que a formação dos professores se converta em uma experiência de indagação, na qual os

educadores se sintam autorizados e envolvidos para continuar aprendendo e assumindo sua profissão como desafio e compromisso”.

6.1 Módulos

A escola desenvolve módulos semanais com a perspectiva de estimular e solidificar a equipe para a formação de docentes motivados na busca incessante do aperfeiçoamento da prática educativa. Os encontros acontecem semanalmente por 1 (uma) hora e 40 (quarenta) minutos, para Ensino Fundamental (6º ao 9º ano).

Os módulos são de fundamental importância para o professor, que neste período poderá:

- Opinar sobre programas, técnicas e métodos
- Trocar experiências
- Planejar e avaliar a programação do ensino
- Traçar planos de ensino
- Elaborar projetos

Direcionar, orientar e ajustar o desenvolvimento das atividades pedagógicas e oportunamente realizar estudos para aprimoramento através de análises das atualizações da legislação vigente.

6.2 Capacitação

A escola proporciona à comunidade escolar: reuniões pedagógicas, palestras, oficinas, encontros, estudos entre outros, a fim de motivar os profissionais no desempenho de sua função de educador.

6.3 Conselho de classe

O conselho de classe é um órgão colegiado que objetiva avaliação coletiva do processo de aprendizagem do aluno. Esta prática possibilita verificar:

- A postura do educador frente ao processo ensino aprendizagem
- Aproximação e melhor relacionamento professor e aluno
- O comportamento do aluno frente à classe, aos professores e à escola
- Coerência entre critérios de avaliação adotados pelos diferentes professores
- Avaliação e análise do trabalho e desempenho do aluno, do professor e da escola

- Contribuir para análise dos dados levantados pelos professores e pedagogo quanto a atitude, ao rendimento e a participação dos alunos
- Analisar, criticamente, o processo de ensino/ aprendizagem desenvolvido pelo corpo docente
- Identificar questões relevantes de encaminhamento e corrigir distorções de ordem estrutural, funcional ou filosófico
- Providenciar a programação das propostas para suprir as deficiências diagnosticadas
- Projetos coletivos de ensino e atividades
- Metodologias e estratégias de ensino
- Formas de acompanhamento dos alunos em seu percurso nas séries
- Elaboração de fichas e registros a desempenho do aluno, para o acompanhamento no decorrer das series para informações aos pais ou responsáveis
- Adaptações curriculares para alunos com necessidades educacionais especiais
- Proposta de organização dos estudos independentes e presenciais (bimestrais)

O Conselho de Classe de cada turma instalar-se-á, ao final de cada bimestre letivo e ao término do período regular, segundo as datas previstas no calendário escolar e quando se fizer extremamente necessário.

6.2.1 Competências do conselho de classe

Compete ao gestor escolar:

- Elaborar a agenda de cada conselho de classe
- Designar secretários e convocar professores
- Abrir os trabalhos
- Levantar previamente os subsídios necessários

Compete ao secretário do conselho de classe:

- Registrar em ata do conselho de classe as análises docentes e orientações pedagógicas
- Registrar as situações da vida escolar dos alunos quanto aos estudos de recuperação, aprovação, reprovação e progressão parcial
- Registrar a presença

Compete ao aluno representante de turma:

- Apresentar com criticidade, as dificuldades e as reivindicações, conforme levantamento feito junto aos colegas de turma com auxílio do professor representante

Compete aos professores da turma:

- Entregar os graus de avaliação e a frequência das turmas no período estabelecido em calendário escolar
- Proceder à análise do desempenho da turma e dos alunos
- Opinar sobre as questões que demandem parecer no conselho de classe, manifestando-se
- Indicar dificuldades de ordem administrativa, técnica e pedagógicas encontradas para realização do seu trabalho, apresentando propostas de solução
- Indicar os alunos com necessidades de acompanhamento pela equipe pedagógica
- Contribuir para avaliação global do processo pedagógico

Compete ao Pedagogo:

- Coordenar o conselho de classe
- Providenciar consolidados de rendimento escolar preenchidos anteriormente, livro de ata, livro de ocorrências pedagógicas, calendário para organização das programações e boletins escolar
- Elaborar índices de frequência e percentual por turmas, gráficos e relatórios do rendimento escolar
- Subsidiar a prática docente com novas metodologias
- Fazer o acompanhamento dos alunos encaminhados pelo conselho de classe
- Promover ações visando o aprimoramento no processo pedagógico
- Após o encontro: divulgar o trabalho realizado com a comunidade escolar durante o bimestre. Convocar as famílias dos alunos infrequentes e ou com rendimento escolar insatisfatório para orientações e busca de soluções
- Acompanhamento de todo o processo de ensino- aprendizagem pela pedagoga e direção para atuação imediata diante de alguma divergência com a proposta pedagógica da escola, orientando o professor sobre sua didática, metodologia e critério de avaliação.

Esse procedimento de análise permite que equipe escolar procure novos caminhos e estabeleça outras ações para que todas tenham oportunidade de aprender, garantido o direito do aluno a um ensino de qualidade e o cumprimento da função social da escola.

(Regimento Escolar/ Conselho de Classe – um ritual burocrático ou um espaço de avaliação coletiva? Secretaria Municipal de Educação)

7 AVALIAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Durante o ano escolar, faremos reflexões visando o cumprimento das ações propostas e a metodologia implantada.

APROVAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Escola Municipal “Francisca Ferreira de Avelar”

_____ Colegiado

_____ Pedagoga

_____ Eva Maria

Pereira de Souza

Diretora